

Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 2006. 109 p., il., fotos. (Série História dos Bairros de São Paulo, 29)

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 944 de 27 de fevereiro de 1947.** Aprova o plano de alargamento da Rua Amaral Gurgel entre o Largo do Arouche e a Rua da Consolação, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 6.061 de 4 de outubro de 1962.** Aprova o plano de abertura de uma via expressa em direção Leste-Oeste da cidade, ligando a Avenida Alcântara Machado à Rua Amaral Gurgel, e ligações auxiliares, revoga em todos os seus termos as leis 5419/57; 5547/58 e parcialmente a Lei 4704/55. Diário Oficial do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Prefeitura). **Decreto nº 8.574 de 19 de dezembro de 1969.** Dispõe sobre a denominação de Via Elevada, em construção, nos 7º, 11º, 19º e 35º subdistritos – Consolação, Santa Cecília, Perdizes e Barra Funda, respectivamente e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 20/12/1969, p.1.

GUILLÉN, María Isabel C.; ABASCAL, Eunice H. S. **Corpografias nos baixos do viaduto:** território em disputa. Seminário internacional urbanismo biopolítico, 2017, Belo Horizonte. 21p. Disponível em: https://www.academia.edu/download/56964194/CORPOGRAFIAS_NOS_BAIXOS_DO_VIADUTO__Biopolitico_Guillen_Abascal.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

GUILLÉN, María Isabel Camañes. **Urbanidade nos baixos de viadutos:** possibilidades e transformações em área intersticiais. Seminario internacional de investigación en urbanismo, 2019, Barcelona. 16p. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/237678223.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

SILVA, Marcos Virgílio da. **Debaixo do “Pogréssio”:** sambistas e urbanização paulistana nas décadas de 1950 e 1960. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHNECK, S. Bexiga, cotidiano e trabalho (1906-1931). Anais do Museu Paulista, v.26, p.1-50, 2018.

SCIFONI, S. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **Ge USP Espaço e Tempo** (Online), v.17, n.1, p.98-110, 2013. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74304. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SHIRAIWA, M. C. S. **Inquietações urbanas:** reflexões sobre a produção socioespacial do Glicério. tcc (Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Eventos) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 31p. Disponível em https://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/artigo_mariana_couto_silva_shiraiwa.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

VIAS ELEVADAS, a nova mania. **O Estado de S.Paulo**, 23 set. 1969, p.21. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690923-28975-nac-0021-999-21-not>. Acesso em 29 jun. 2022.

VIA ELEVADA terá 3,4km. **O Estado de S.Paulo**, 12 out. 1969, p.36. Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691012-28992-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SOBRE A AUTORA

Dominique Aires é arquiteta e urbanista graduada pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Pesquisa de maneira independente novas metodologias cartográficas e as interfaces do meio urbano com o objeto arquitetônico. Atua profissionalmente com projetos de arquitetura em diferentes escalas.

dominiqueaires.arq@gmail.com

ARTIGO

A desativação e desmonte do Cemitério dos Aflitos na ótica da modernidade paulistana

Fabiana Costa

Orientação: Profa. Dra. Amália dos Santos e Profa. Dra. Glória Kok (Escola da Cidade)

Pesquisa: Pesquisa Experimental, Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2020-21.

Este artigo apresenta análises sobre as agências das populações negras na cidade de São Paulo no século XIX, como parte de uma investigação realizada na Pesquisa Experimental sobre o desmonte do Cemitério dos Aflitos em 1858 e sua desativação em 1888. O trabalho busca analisar a constituição da cidade no século XIX no período que antecede a abolição da escravatura, a iconografia da cidade de São Paulo e a conformação da memória sobre os seus bairros urbanos. Por meio de um balanço

crítico da historiografia sobre escravidão e racialização, à luz de documentos textuais, iconográficos e cartográficos presentes em arquivos da cidade, como o Arquivo Histórico Municipal, Arquivo Público do Estado e Casa da Imagem, objetiva-se desmontar e compreender o imaginário estabelecido sobre os anos anteriores à abolição por meio da relação de informações, apreendendo quais foram os motivos e mecanismos que levaram ao desmonte e desativação do Cemitério dos Aflitos.

Palavras-chave: escravidão; historiografia; memória.

The Deactivation and Dismantling of the Cemetery of the Afflicted from the Perspective of Paulistan Modernity

This article aims to present analyses of the agency of Black populations in the city of São Paulo in the 19th century, investigated through the Experimental Research on the dismantling of the Cemetery of the Afflicted in 1858 and its deactivation in 1888. The study seeks to analyze the constitution of the city in the 19th century, during the period preceding the abolition of slavery, the iconography of São Paulo, and the formation of memory regarding its urban neighborhoods. Through a critical review of historiography on slavery and racialization, in light of textual, iconographic, and cartographic documents present in city archives such as the Historical Municipal Archive, State Public Archive, and Casa da Imagem, the aim is to deconstruct and understand the established imagery of the years preceding abolition by examining the reasons and mechanisms that led to the dismantling and deactivation of the Cemetery of the Afflicted.

Keywords: slavery; cemetery; memory.

La Desactivación y Desmontaje del Cementerio de los Afligidos desde la Perspectiva de la Modernidad Paulistana

Este artículo tiene como objetivo presentar análisis sobre la agencia de las poblaciones negras en la ciudad de São Paulo en el siglo XIX, investigado a través de la Investigación Experimental sobre el desmantelamiento del Cementerio de los Afligidos en 1858 y su desactivación en 1888. El estudio busca analizar la constitución de la ciudad en el siglo XIX, durante el período previo a la abolición de la esclavitud, la iconografía sobre São Paulo y la formación de la memoria respecto a sus barrios urbanos. A través de una revisión crítica de la historiografía sobre esclavitud y racialización, a la luz de documentos textuales, iconográficos y cartográficos presentes en archivos de la ciudad como el Archivo Histórico Municipal, el Archivo Público del Estado y la Casa de la Imagen, se pretende desmontar y comprender la imagen establecida sobre los años previos a la abolición examinando las razones y mecanismos que llevaron al desmantelamiento y desactivación del Cementerio de los Afligidos.

Palabras clave: esclavitud; cementerio; memoria.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi motivada pela descoberta de nove ossadas em 2018, no bairro da Liberdade, em São Paulo. Foram as primeiras evidências materiais da existência da primeira necrópole pública de São Paulo. Pois, enquanto as famílias de colonos brancos e seus descendentes eram enterrados no interior das igrejas, os negros e negras escravizadas que tentavam fugir do cativeiro, pessoas marginalizadas livres, pobres e indigentes eram destinados ao cemitério, conhecido como Cemitério dos Aflitos ou dos Enforcados.

Vinculada à plataforma de pesquisa "Nas ruas: territorialidades, memórias e experiências", da Associação Escola da Cidade, e desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla sobre os territórios negros da cidade de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, este artigo tem como enfoque a análise de como a desativação e desmonte do Cemitério dos Aflitos se insere no contexto de modernização da cidade de São Paulo no decorrer do século XIX.

Para isso, a pesquisa se apoiou na leitura e análise crítica das Atas da Câmara Municipal de São Paulo nos anos de 1858 e 1888, na análise de mapas de Área Urbanizada de 1882 a 1914 desenvolvidos pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), no mapa da capital de São Paulo (1877) e nas fotografias de Militão Augusto de Azevedo. O recorte temporal foi escolhido por ser o ano da desativação e do desmonte do lote que compunha o cemitério, e também por dialogar com importantes mudanças urbanas e sociais de modernização, culminando, enfim, na abolição da escravatura (1888).

O Cemitério dos Enforcados se localizava no distrito da Glória, e seu entorno fazia parte do conjunto de regiões da cidade que a população considerada "negra" ou "parda", nos termos coevos, circulava, habitava, convivía e trabalhava.

Por muito tempo o distrito e sua ocupação negra foi destinada ao afastamento das áreas centrais de São Paulo. Essa ação era parte do desenho colonial que visava um espaço destinado a abrigar as instituições da Coroa Portuguesa, necessárias em toda vila do

período colonial. E por mais que estivesse distanciado do centro, não era invisível.

Ele fora deliberadamente escolhido por ser visível de praticamente todos os quadrantes da cidade, expondo assim cruamente a todas as gentes a força da justiça implacável de Sua Majestade Imperial pairando sobre todos os seus súditos e supliciando exemplarmente os réprobos, recalcitrantes e insubordinados, mas sobretudo intimidando os escravos rebeldes. (Sevcenko, 2004, p.19)

Segundo Sevcenko (2004, p.24), "a cidade empurrava para lá tudo aquilo que percebia como ameaçador, desagradável, tumultuário, desprezível, repugnante ou indigno". Entretanto, esse era um espaço tido como necessário para o desenvolvimento da cidade colonial de moldes eurocêntricos, concentrando instituições como a força, o arsenal, o depósito, o cemitério dos supliciados e dos indigentes, o hospital, a roda dos enfeitados, a Cadeia Pública, a Casa de Correição e Trabalho, o pelourinho, espaços afrodescendentes, as repúblicas de estudantes com uma "juventude romântica e boêmia" (Sevcenko, 2004, p.23), o matadouro, o curtume e, mais tarde, o Mercado de Carnes Verdes.

Assim, se esse local fazia parte do funcionamento da cidade, por que ele sofreria um processo de apagamento? A resposta está no momento social, político e ideológico que atravessava o debate político brasileiro no século XIX, que sofria forte influência dos ingleses, que demandavam a abolição da escravidão. Aliado a isso, com a transição do eixo cafeeiro do Vale do Paraíba para o oeste paulista, São Paulo passaria por uma série de modernizações para atrair investimentos e a permanência dos fazendeiros na cidade, objetivando tornar-se um dos principais centros econômicos do país.

Os anos de 1858 (desativação) e 1888 (desmonte e abolição da escravidão) permeiam eventos como a abolição da escravidão, o fim da lei de terras, o desmonte e a desativação do cemitério, e discussões, como o encanamento das águas e petições dos cidadãos, que se relacionam com o processo de

apagamento do cemitério, que durou quase trinta anos. Tal processo de apagamento esteve também relacionado a vários outros edifícios, como o futuro Mercado Municipal e o Cemitério da Consolação, a melhoramentos urbanos, como a pavimentação das vias como o macadame ou apedregulhamento, e decisões políticas que, à primeira vista, parecem desconectados, mas que a pesquisa buscou relacionar e discutir para melhorar a compreensão sobre o período. É importante ressaltar que esses anos não são monolíticos, pois os processos indicados não começam e não se encerram nesse período, mas sua escolha se deu por eventos-chaves.

Por mais que tenha existido um processo de apagamento, esses processos não são totalizantes nem determinantes. Já era de conhecimento que na região houvera um cemitério onde eram enterrados pobres, escravizados, criminosos e indígenas, mas foi com a descoberta das ossadas em 2018, que o cemitério ressurgiu para ser discutido e disputado por moradores, políticos, pesquisadores e afins.

Ao tomar como ponto de partida a leitura das Atas da Câmara Municipal de São Paulo dos anos de 1858 e 1888, buscou-se menções ao Cemitério dos Aflitos e informações que mostrassem os processos modernizadores, de forma a entender e discutir os apagamentos e as violências que fizeram com que o cemitério fosse desativado e desmontado. Devido à grande quantidade de informação, foi necessário sistematizá-las na forma de planilha, para assim registrar, documentar e conferir os eventos considerados relevantes para a pesquisa, acompanhando sua progressão em relação a 1858 e 1888.

Olhar para esses documentos foi um ato de contínuo questionamento. Por mais que a legalidade da escravidão estivesse em disputa na política brasileira do século XIX, com São Paulo sendo um importante polo de discursos abolicionistas, não é possível esquecer que as atas desse período foram produzidas por um governo composto por uma elite estruturalmente escravocrata. Como exemplo, há poucas passagens que citam pessoas negras, e apenas uma que fala sobre o Cemitério dos Aflitos. Logo, esse documento não deve ser lido nem como verdade absoluta, mas como uma

das possíveis formas de estudar e analisar o período.

2. DESATIVAÇÃO (1858)

O ano de 1858 marca a desativação do Cemitério dos Aflitos. Nesse período, São Paulo vivia um crescimento econômico impulsionado pela economia cafeeira, que buscava modernizar a cidade de forma a torná-la o polo responsável por gerir o principal produto de exportação do Brasil naquele momento.

A modernidade se desenvolveu na busca por ordem e progresso das cidades, que precisavam deixar de serem coloniais para se tornarem modernas. Logo, os símbolos do domínio colonial começaram a ser apagados. Um exemplo disso é o Largo da Força, que em 1858 é renomeado de Praça da Liberdade (Câmara..., 1858, p.186). A origem do nome se dá tanto pela história de Chaguinhas¹ quanto pela intenção de marcar as pretensões abolicionistas: apagar o termo colonial, "largo", e um dos símbolos da colônia, a "força", para adotar "praça" e o conceito de "liberdade", termos que fazem parte do léxico moderno, associado ao movimento em prol do fim do Império e de apoio à República.

O desejo de modernização divergia da realidade de uma cidade ainda colonial, como pode ser visto no caso da proibição dos enterramentos nos terrenos de igrejas, uma antiga prática colonial que foi associada à falta de higiene e propagação de doenças. Até então, os serviços de enterramento de cadáveres eram realizados nas igrejas, ou cemitérios contíguos a elas, por negros escravizados, que socavam os cadáveres com uma grossa massa de mão-de-pilão, enquanto cantavam e sepultavam os mortos sem caixões, pois as irmandades possuíam apenas um caixão para ser utilizado nas cerimônias de enterro dos mortos (Assembleia..., 2003). Para as novas e modernas práticas, foi construído o Cemitério da Consolação, que na época ficava fora dos limites da cidade. Entretanto, havia uma impossibilidade de colocar em prática o traslado dos corpos em uma cidade que não contava com infraestrutura consolidada até o novo cemitério (Câmara..., 1858).

E apesar do objetivo modernizador, a criação de um novo cemitério não era um desejo comum a toda população, como pode ser visto pelos descompassos entre a Câmara e alguns cidadãos,² na forma de uma petição assinada por 117 pessoas que pediam a conservação do Antigo Cemitério (dos Aflitos), contando com uma adição para o seu terreno (Câmara..., 1858). Em resposta a Câmara disse que já esperava que o povo não aceitasse inovações que vão contra os antigos hábitos, mas que a maior parte do povo se acha habilitada para dar mais esse passo rumo à "civilização", e sua principal justificativa era que com a nova legislação era difícil garantir sua conservação (Câmara..., 1858). A fala da Câmara é um exemplo do discurso de modernidade em que a legislação vai ser usada para justificar e construir um projeto de cidade ligado às classes dominantes (que ocupam locais de poder, como a Câmara), preparando o terreno para o apagamento da memória colonial e da escravidão. Nesse trecho vemos que há uma resistência da população a essas mudanças urbanas, que muitas vezes não dialogam com os desejos e afetos das populações mais pobres.

É necessário destacar que nesse momento o Brasil está em um processo de disputa pelo fim da escravidão (o tráfico negreiro estava proibido desde 1831, mas não a escravidão em si), tanto pela participação popular, com destaque para escravos e negros livres, brancos que se juntam aos ideais abolicionistas, sobretudo na década de 1880, quanto por determinação da Coroa Inglesa. Assim, com a noção de fim cada vez mais próximo da escravidão, o Cemitério dos Aflitos é um rastro do regime escravocrata colonial que esse Brasil, rumo à Modernidade, busca negar. Não à toa que em 1890, o ministro Ruy Barbosa mandou queimar todos os documentos que tratassem da escravidão no Brasil, impedindo processos indenizatórios.

Assim, com a leitura das atas, foi possível entender que a noção de modernização estava associada a "melhorias urbanas" e três elementos que simbolizam esse processo:

1) O macadame e o apedregulamento: eram formas de pavimentação das vias mais adequadas aos meios de transporte modernos, como carruagens. As novas

pretensões de modernidade necessitavam da implementação de novas formas e elementos para o desenho e projeto urbano. O caso apresentado anteriormente sobre o Cemitério da Consolação e o descompasso técnico busca ser resolvido por esse sistema, permitindo longos deslocamentos em curtos períodos.

2) O médico: essa figura faz parte de uma nova mentalidade que propunha cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Era responsável pela comprovação de moléstias e de práticas "higiênicas", influenciando os desenhos urbanos de forma a evitar epidemias – que nesse momento eram um grande problema em São Paulo. Foram responsáveis pelos métodos modernos nos cemitérios, pautados pela racionalidade e organização, características descritas como parte de uma "experiência republicana" (Jorge, 2007, p.8). Essa descrição mostra o valor político dos médicos e de seus discursos higienistas para as grandes reformas urbanas que serão feitas, desconsiderando as populações mais pobres e as colocando cada vez mais na periferia da cidade.

3) O engenheiro: era a figura responsável pela maioria das melhorias urbanas. Seu surgimento parte das necessidades de um planejamento urbano que se torna cada vez mais complexo, se pautando pelos princípios de racionalidade e higienização. Participavam de todos os processos de melhorias urbanas.

Médicos e engenheiros tiveram um importante papel na busca do fim do ciclo de epidemias que assolavam a cidade de São Paulo – tendo uma de varíola (ou bexiga) em curso em 1858. Isso era necessário para os projetos de modernidade da cidade de São Paulo, pois além de sofrer pelo contágio e mortes, havia o problema dos comerciantes que deixavam de passar pela cidade, que almejava à época se tornar o polo da economia cafeeira (Câmara..., 1858).

Esse problema acometia São Paulo desde a colonização. Assim, era necessário o sucesso da experiência – moderna – da vacina, levando à regulamentação que determinou sua obrigatoriedade. Mas em 1858, os políticos paulistas decidiram fornecer espaços como o Palácio dos Governadores, o Pátio do Colégio, as Câmaras Municipais ou igrejas como locais

de aplicação (Camargo, 2007). Em 1858, a Câmara Municipal chega a ceder o paço onde fazia suas reuniões e a cadeia (que ficavam no atual bairro da Liberdade), para instalação de uma enfermaria para os bexiguentos (Câmara..., 1858).

A epidemia de bexiga de 1858 foi pautada por uma longa experiência de terror colonial e moderno, já que por mais que a vacina fosse a promessa de uma cidade desenvolvida, ela não foi popularmente aceita nesse período, havendo uma sensação de desconfiança entre as classes mais pobres. Essas questões resultaram anos depois, no Rio de Janeiro, na Revolta da Vacina (1904). Isso pode ser entendido por uma crença das classes mais ricas de que o progresso possibilitaria resolver tecnicamente todos os problemas urbanos, por meio de um processo de modernização e higienização da cidade, em que o embelezamento e racionalização do espaço urbano muitas vezes não contemplava as classes mais pobres, ou sequer a capacidade da cidade de realizar esses feitos, como expressos no caso do Cemitério da Consolação. Fatores como estes foram determinantes para a apressada abertura de um cemitério que ainda não estava finalizado, sem capela ou construções muito significativas.

Nesse primeiro momento, fica claro como não é possível dissociar a escravidão da modernidade e do higienismo. Esses agentes vão sendo usados e relacionados de forma a favorecer as classes altas e criar condições para um apagamento da memória da escravidão.

3. DESMONTE (1888)

O ano de 1888 é marcado pelo desmonte do Cemitério dos Aflitos. Também é o ano da abolição da escravatura. O Brasil deixava oficialmente de se enquadrar no mercantilismo, cuja base se apoiava no sistema escravocrata. É, então, instaurada a República, que prometia trazer "novas" formas de organização social e do trabalho. Entretanto, lendo as Atas da Câmara, é possível ver que houve um certo "preparo" das classes dominantes para esse momento.

A Lei Agrária de 1850 impediu o acesso de ex-escravos e imigrantes pobres,

tornando ilegais a invasão e ocupação de zonas rurais – vale lembrar que grande parte do que entendemos pelo território de São Paulo hoje nessa época se enquadrava como zona rural. Com o fim da concessão de lotes, prática comum do período colonial, criou-se uma manutenção do monopólio para os grandes senhores. Antes eles tinham garantido o monopólio da força de trabalho, agora teriam da terra, pois, ainda que não houvesse impedimentos diretos, dificilmente as populações recém libertas teriam condições de compra de terras.

Outra situação que mostra esses processos de dominação relacionados a uma ótica liberal está no processo de encanamento das águas da Cantareira (Câmara..., 1858) e o processo de fechamento das fontes e chafarizes que abasteciam a cidade de forma gratuita, justificando-se problemas nesses equipamentos. Já em 1888, a Companhia de Águas da Cantareira estava estabelecida. Sobre a temática da água na cidade, ressaltamos a seguinte passagem:

[...] indicamos que se chame a atenção do governo para este assunto, fazendo ver que o mínimo da despesa de hoje com esse gênero de primeira necessidade é, quase geralmente, três mil réis mensais o que está fora do alcance das classes mais necessitadas, não sendo verossímil que famílias de duas pessoas consumam três mil litros d'água por mês, isso é, cem litros por dia. (Câmara..., 1888, p.375)

Esse trecho nos mostra três coisas: primeiro, havia a proposta de um consumo padronizado que parecia não se adequar à população, que antes se abastecia gratuitamente nas fontes; segundo, a água havia se tornado um produto; e terceiro, era um produto caro.

Analisando 1858, vê-se que o governo busca conscientizar a população, às vezes de forma pouco cuidadosa, sobre higiene e doenças; logo, a decisão de privatizar a água parece ir em um sentido contrário. Isso nos mostra que as preocupações higienistas no período, por mais que buscassem lidar com o problema da bexiga, que assolava São Paulo, funcionam mais como uma forma de justificativa às decisões políticas e ferramenta de

desigualdade, que de melhoria para as classes mais pobres. A citação anterior nos mostra a consciência e as disputas que ocorriam na Câmara, que tinha consciência do impacto na população. Assim, um recurso básico da subsistência, do funcionamento e da higiene da cidade se tornou um produto que não vai ser acessível a todos.

Logo, há um movimento entre 1858 e 1888 de manutenção de sistemas de desigualdade, em que os mais pobres dificilmente teriam acesso a certos serviços que dificilmente abarcariam a população recém "liberta", não indenizada, geralmente analfabeta e vítima de inúmeros preconceitos – ainda que, para mitigar a situação, mantiveram-se alguns chafarizes na cidade por mais algum tempo, mas em más condições de conservação e disponibilidade (Câmara..., 1888). Também vale ressaltar que esse sistema pressupõe um projeto de infraestrutura e planejamento urbano que não é homogêneo na cidade, tendo investimento prioritário em bairros ricos. Possivelmente os chafarizes se tornam uma forma de identificação das populações mais pobres, tornando-o um estigma da pobreza.

Controlar o uso da água significa deter poder, e não à toa o governo se tornou mediador e agenciador dos processos de encanamento das águas pela Companhia Cantareira e Exgottos, além dos chafarizes que ainda estavam em uso. Dessa forma, dentro dos princípios que regem a modernidade, o caminho que São Paulo buscou se deu pelo domínio das subsistências aliadas a lógica do mercado – como ocorreu na questão da água e da terra –, se baseando em uma narrativa de esclarecimento rumo a um "prometido triunfo de uma vida civilizada, racional e livre das pelas da incivilização" (Seligmann-Silva, 2017), que não considerava e não se destinava a todos.

E apesar de São Paulo ter avançado em seus projetos de modernização urbana, em comparação com 1858, a cidade teve um aumento muito expressivo de seus habitantes, recebendo cada vez mais imigrantes, aumentando os limites da cidade e a necessidade de investimento para as melhorias.

Por fim, esse ano marca a venda de terrenos do governo no bairro da Liberdade, por uma proposta da Câmara (1888). Destaca-se que o bairro que personificava os equipamentos menos quistos do domínio colonial, não vai mais ter a função de outrora. Não foram especificados quais seriam esses terrenos à venda, mas o Velho Matadouro estava sendo cotado, e pode ser que o terreno do Cemitério dos Aflitos também fizesse parte desse conjunto (Câmara..., 1888).

A justificativa dessa ação se baseava na oportunidade de realizar melhorias, de modo que sua venda pudesse financiar a construção do futuro Mercado de Verduras (Câmara..., 1888), que já vinha sendo discutido nas atas, e mais tarde seria conhecido como o Mercado Municipal de São Paulo. Esse novo mercado, imaginado como o grande símbolo econômico da cidade, começou a ser pensado em 1858 e continuou a ser discutido em 1888, embora o início do desenho do projeto seja apenas de 1925.

O desmonte do Cemitério dos Aflitos, datado de 1888, na verdade se mostrou como uma data aproximada ou de consideração. Ele faz parte de um processo maior, chamado de Modernidade, que não se encontra isolado de outras questões aqui tratadas. E olhar os processos que levaram ao desmonte e à desativação do Cemitério dos Aflitos também é analisar formas e processos que ocorrem no passado e na atualidade que perpetuam violências contra populações indígenas, negras e pobres.

Olhar para as atas, ou para os sistemas econômicos e políticos, nos permite entender os caminhos de violência, excluindo a ideia de racionalidade ou imparcialidade desse rastro. Se a escravidão "pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica" (Mbembe, 2016, p.130), com o escravo sendo considerado um instrumento de trabalho precificado, como propriedade e valor, o advento da modernidade não significou o fim do uso desses termos econômicos para justificar um constante "estado de injúria" e de utilizar a violência como uma "etiqueta do terror" (Mbembe, 2016, p.131). Autores como Mbembe (2016), Seligmann-Silva e Müller (2020) nos permitem entender a

impossibilidade de isolar a escravidão do processo modernizante:

Afinal, a violência colonial e a violência sofrida por Benjamin não são tão estrangeiras assim: ambas emanam do mesmo projeto de razão econômica. [...] A pinça da violência colonial na África, no Atlântico e em todo mundo que sofreu a violência colonizadora tinha como uma de suas pernas o interesse econômico que era agarrado graças à outra perna, a do racismo. Como escreve Achille Mbembe: "Permanecerá inacabada a crítica da modernidade, enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do *princípio de raça* e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação" (MBEMBE, 2017, apud MÜLLER; SELIGMANN-SILVA, 2020, p.13).

4. CONCLUSÃO

Se, segundo Butler (2015), a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento, podemos afirmar que o processo da abolição ocorre na incompletude. Pois, não dá condições para essas populações precarizadas sejam reconhecidas com dignidade, ao mesmo tempo em que as reconhece pela lei. Junto disso, podemos ver que o abolicionismo é usado pelas classes dominantes como ferramenta política, pois notamos uma série de processos que serão apressados e concluídos nas justificativas da modernidade, mas que resultarão em exclusões, como o fim da Lei de Terras, o processo de encanamento pela Companhia Cantareira e Exgottos, as melhorias urbanas ocorrendo em áreas privilegiadas ou de interesse, e a falta de políticas de inserção das antigas populações escravizadas nesse "novo" sistema social.

Logo, o reconhecimento político não significa necessariamente reconhecimento social ou econômico. Nos anos seguintes, pessoas recém libertas ainda ocuparam postos, posições e imaginários não muito diferentes dos estabelecidos antes da abolição.

Já a modernidade, com os diversos signos aqui citados, vai trabalhar extensamente a sua narrativa, vai encontrar interesses específicos no contexto brasileiro, em razão da independência recente e da necessidade de ajustar sua narrativa e simbologia do colonial para o moderno. Assim, serão manipuladas as representações da cidade e de seus habitantes, desde a produção de Militão com suas fotos comparativas da cidade colonial e da moderna, quanto os processos de melhoramento urbano, que se encontram num intenso crescimento e expansão dos limites urbanos, assim como o discurso político e outros tantos. Os momentos em que fica mais destacado nas atas que esse processo não é homogêneo, mas é disputado, é quando existem conflitos internos na Câmara sobre a questão das águas e a presença de abaixo assinados pela população.

Por fim, não foram achadas menções ao cemitério em 1888, mas, como indicado anteriormente, há a proposta da venda de alguns lotes na Liberdade, tratado com urgência – da rua do Hospício, Pary, rua do Dr. João e do Largo da Liberdade, incluindo o Velho Matadouro (Câmara..., 1888). Não fica claro se o Cemitério faz parte desses lotes, e a venda é lembrada com urgência durante todo o ano, sendo acompanhada por outra leva de melhoramentos na região da Liberdade – nivelamento, calçamento, colocação de guias e sarjetas, entre outros –, num eixo de intervenção bastante específico: Rua 7 de Setembro, Rua da Glória, Rua São Joaquim, Rua Cambucy e Largo da Liberdade (Câmara..., 1888). Outro destaque nesse processo, é o pedido de renomeação de parte da Rua Lavapés e Cambucy para Rua da Independência (Câmara..., 1888), que não se concretiza, mas faz parte das mudanças de termos coloniais para republicanos. O destino dado aos terrenos da Liberdade não foi respondido em 1888.

Em 1889, entre embargos e ações de nulidade por irregularidades na divisão dos lotes e no leilão público (Câmara..., 1888), percebe-se que o desmonte foi mais processual do que contido num momento específico. E de fato, mesmo encontrássemos uma data específica do desmonte, isso não significa o desaparecimento do cemitério, tanto que

em 2018 reaparece no cotidiano, na cidade e no imaginário coletivo de São Paulo. É interessante notar que o que a Glória representava no período colonial – essa mistura de força governamental, espaço periférico e festivo – vai se expandir para outras áreas periféricas da cidade, sem, entretanto, deixar de ser local de memória e presença negra.

A palavra que usamos para 1858 é “desativado”, que significa “tornar inativo, inoperante, inutilizado”. O cemitério vai se tornar inoperante, e por isso, inutilizável para o que se propunha a ser – no seu espectro mais amplo –, até que seja de fato inativo para a cidade. Mas, mais de 150 anos depois, ele volta à tona. A busca em apagar um cemitério para pretos, indígenas, escravizados e criminosos, todos colocados lado a lado como se fossem sinônimos entre si, nos mostra a tentativa frustrada de apagar a existência dessas pessoas.

NOTAS

1. Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas, foi um homem negro e cabo do Primeiro Batalhão de Caçadores de Santos durante o Império português no Brasil. Ele se envolveu em uma revolta devido a salários em atraso e à busca por equidade nas remunerações entre os militares brasileiros e portugueses, resultando em sua prisão e condenação à pena de morte por enforcamento. Em 1821, Chaguinhas passou por três tentativas de execução em praça pública, todas malsucedidas. O público, sensibilizado, clamou pela libertação do réu, mas o pedido foi negado, e Chaguinhas acabou sendo assassinado a golpes. Uma das explicações para o nome do bairro Liberdade está relacionada aos apelos por liberdade em favor de Chaguinhas.

2. Em diferentes momentos dos anos de 1858 e 1888 ocorreram abaixo-assinados, feitos pela população, como uma forma de dialogar e esclarecer seus desejos diante das decisões da Câmara. Uma passagem importante para essa pesquisa foi o seguinte trecho: “Leu-se uma petição dirigida ao Exmo. Governo, assignada por 117 cidadãos, [...] afim desta Camara informar com urgencia sobre a pretensão q. diz respeito a execução a Postura, pedindo os peticionarios que seja conservado o antigo cimiterio, dando-lhe suplemento, ou mesmo sem ele, e que no cazo de ser dado seja em um terreno em disposição, que lhe fica na frente e se prolonga ate o alto qu olha pa, o – Lavapés -, ou em campestre em que remata a sua rua trazeira.” (Câmara..., 1858, p.146)

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Cemitério da Consolação e a Assembleia Legislativa Provincial**. Acervo Histórico. São Paulo, 12 dez. 2006. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=277233>. Acesso em: 27 out. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Chafarizes e fontes na cidade de São Paulo no Século**

XIX. São Paulo, 12 dez. 2003. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=277233>. Acesso em: 27 out. 2021.

CAMARGO, Luís Soares. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariolosa em São Paulo. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 28, 2007.

JORGE, Karina Camarinho. **A modificação da vida urbana da cidade de São Paulo no século XIX a partir das ações sanitárias: a construção de cemitério e a prática de sepultamentos**. Associação Nacional de História – ANPUH, XXI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, s.p. 2007. Disponível em: <https://www.snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Karina%20Camarinho%20Jorge.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (ATA). **Atas da Câmara Municipal de São Paulo**. 1858, v. 44, publicado em 1943. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_ATA/anadig/Volumes/at1858v44.pdf. Acesso em: 9 mar. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (ATA). **Atas da Câmara Municipal de São Paulo**. 1888, v. 74, publicado em 1943. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_ATA/anadig/Volumes/at1888v74.pdf. Acesso em: 9 mar. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 Edições, 1ª ed, 1 jan. 2018.

MÜLEER, Adalberto; SELIGMANN -SILVA, Márcio. **Sobre o conceito de História**. Organização e tradução: Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos e a arte de “desesquecer” na nova arte de memória do Brasil. **Psicanalistas pela Democracia**, abr. 2017. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2017/04/antimonumentos-e-a-arte-de-desesquecer-na-nova-arte-de-memoria-do-brasil-por-marcio-seligmann-silva/>. Acesso em: 3 out. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista usp**, São Paulo, n.63, p.16-35, set./nov., 2004.

SOBRE A AUTORA

Fabiana Costa é arquiteta e urbanista graduada pela Escola da Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

fabianadealmeidacosta@gmail.com